



Câmara Municipal de **SACRAMENTO-MG**

TERMO DE REFERÊNCIA

Setor Demandante: Auxiliar de Serviços Gerais

Protocolo e Autuação: Agente de Contratação e Equipe de Apoio

1. DO OBJETO E DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa especializada para o fornecimento diário e parcelado de produtos de padaria, conforme demanda, destinados ao atendimento dos servidores, reuniões ordinárias e eventos institucionais promovidos pela Câmara Municipal de Sacramento, pelo período de 12 (doze) meses.

O objeto desta contratação **não se enquadra** como sendo de bem/serviço de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818/2021.

1.2. Da busca por propostas adicionais mais vantajosas.

1.3. Visando cumprir o §3º do art. 75, da Lei 14.133/2021, o Legislativo antes de proceder à contratação de qualquer empresa fará publicar no site oficial aviso de dispensa, este termo de referência, modelo de proposta e relação de documentos de habilitação para que empresas interessadas possam, no prazo de 03 (três) dias úteis possam apresentar suas propostas orçamentárias.

1.3.1 Objetiva-se assim, a busca por propostas mais vantajosas à Câmara municipal, desde que as empresas atendam aos requisitos exigidos para a prestação dos serviços e após apresentarem os documentos necessários de habilitação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Conforme disposições do inciso II e do parágrafo 3º, ambos do artigo 75 da Lei 14.133/2021, a Câmara Municipal, faz saber que está em andamento um processo de compra direta por dispensa de licitação, conforme segue:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$62.725,59 no caso de outros serviços e compras; [...]

3º. As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

3.1 Contratação de empresa especializada para o fornecimento diário e parcelado de produtos de padaria, conforme demanda, destinados ao atendimento dos servidores, reuniões ordinárias e eventos institucionais promovidos pela Câmara Municipal de Sacramento, pelo período de 12 (doze) meses, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL
01	Bolo Confeitado - Massa leve, recheio e cobertura variados, frescos	Kg	80		
02	Bolos diversos - simples ou recheados, sabores variados	Kg	140		
03	Broa de fubá - Tradicional, textura macia, sem conservantes	Kg	60		
04	Biscoito de polvilho doce e ou azedo -	Kg	90		



Câmara Municipal de **SACRAMENTO-MG**

	Crocante, artesanal ou industrial de boa qualidade				
05	Casadinho - Biscoito recheado, sabor doce, padrão uniforme	Kg	70		
06	Lanches de pão baguete com Recheios: presunto, frango, peito de peru, muçarela e salada	Kg.	110		
07	Pão de batata Massa leve, recheado ou simples	Kg	80		
08	Pão de cebola Massa aromática, sabor suave	Kg	80		
09	Pão Francês Crocante, fresco	Kg	170		
10	Pão de Queijo de 1ª qualidade sabor tradicional	Kg	200		
11	Pudim de leite condensado ou queijo	Kg	20		
12	Rosca pequena com leite condensado e coco - massa doce, cobertura generosa	Kg	110		
13	Rosquinha de nata de 1ª qualidade, sabor suave	Kg	90		
14	Sanduíche natural -pão comum ou integral, recheios variados	Kg	100		
15	Torta salgada com recheios diversos: frango, atum, carne, com legumes	Kg	65		
16	Torta salgada de pão de forma, recheios diversos, montagem em camadas	Kg	65		
Total geral					

3.2 JUSTIFICATIVA

A aquisição visa garantir o fornecimento regular de gêneros alimentícios de padaria, promovendo o bem-estar dos servidores e a adequada recepção de participantes em reuniões e eventos oficiais, fortalecendo a imagem institucional da Câmara.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. A licitante deverá observar toda a legislação pertinente quanto aos critérios de sustentabilidade ambiental vigente no país.

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1 O objeto deste CONTRATO será executado diretamente pela contratada de acordo com as obrigações da contratante previstas no contrato.

5.1.2 Local de entrega/referência dos serviços contratados, Praça Getúlio Vargas, 81, Centro, CEP: 38190-000, Sacramento/MG.

5.1.3 O CONTRATANTE recusará os serviços/produtos que forem realizados em desconformidades com o previsto.

5.1.4 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço/produto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.2 Os produtos deverão ser entregues diariamente, de segunda a sexta-feira, em dois turnos:

5.2.1 Até às 7h30 - café da manhã; e até às 14h – café da tarde.

5.3 Além das entregas regulares, poderão ser solicitadas entregas em dias e horários específicos, previamente definidos pela Câmara Municipal, para atendimento de reuniões ordinárias, eventos institucionais ou demandas extraordinárias.



Câmara Municipal de **SACRAMENTO-MG**

5.4 Os produtos serão conferidos no ato da entrega quanto à quantidade, qualidade e validade, sendo que os que estiverem em desacordo serão devolvidos, sem ônus para a Administração, devendo serem substituídos imediatamente.

5.5 Os produtos devem estar dentro do prazo de validade, com aspecto visual e sabor compatíveis com o tipo ofertado, em embalagens limpas, íntegras e apropriadas para alimentos, visando garantir a higiene, segurança alimentar e rastreabilidade dos produtos.

5.6 O fornecedor deve possuir registro sanitário e cumprir normas da ANVISA.

6. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

6.1 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6.2 Não será exigida garantia complementar à execução dos serviços.

6.3 Permite-se eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de algumas das condições propostas, mesmo depois de expirada a vigência contratual, conforme cláusula do contrato.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO/DA FISCALIZAÇÃO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133 de 2021.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.2.1. Nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021 para a execução de que trata o objeto deste contrato sugerimos como Gestora a Servidora Neire Cristina Vieira e como Fiscal a Servidora Patrícia Célia Fróis e Silva, mediante ciência por escrito para este fim, ou qualquer outro servidor que vier a substituí-las, cientificados pelos mesmos meios, permitida a contratação de terceiros para assisti-las e subsidiá-las de informações pertinentes a esta atribuição. O acompanhamento e a fiscalização de que trata esta cláusula não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes deste CONTRATO.

7.2.2 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.2.3 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

7.3. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

7.4. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

7.5. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

7.5.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.6. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.7. Para pagamento da nota fiscal ou da fatura, a licitante deverá entregar junto com a Nota Fiscal os documentos de regularidade fiscal federal, trabalhista, FGTS para fins de pagamento.



8. FORMA DE SELEÇÃO E REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº. 14.133/2021 que culminará com a seleção da proposta de **menor preço global**.

1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

2. Ato de autorização para o exercício da atividade especificada no objeto, expedido pelo órgão competente, bem como acompanhado de todas as suas alterações ou da consolidação respectiva.

8.9. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.10. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.11. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.12. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.14. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.15. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



Câmara Municipal de SACRAMENTO-MG

8.16. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.17. Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Aviso de Dispensa, assim como os critérios de habilitação técnica.

8.18. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais.

8.19. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.20. Se o fornecedor for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.21. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.22. Para fins de contratação deverá o fornecedor comprovar os requisitos de habilitação dispostos no Aviso de Dispensa.

9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Sacramento/MG, vigente na Lei orçamentária nº. 2.028 de 9 de dezembro de 2024.

9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, se for o caso, será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

10.1 A avaliação da execução do objeto observará a aferição da qualidade da prestação dos serviços ou fornecimento do objeto, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nas observações estabelecidas, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados acordados;
- b) deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

10.2 A aferição da execução contratual ou de seu fornecimento para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

10.2.1 Realização dos serviços ou fornecimento do objeto na data e horário marcado;

10.2.2 Serviços realizados ou fornecimento realizado em conformidade com a proposta comercial e com este termo de referência;

10.2.3 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- ✓ não produziu os resultados acordados;
- ✓ deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- ✓ deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

10.2.4 O pagamento será creditado em conta corrente da CONTRATADA ou mediante boleto bancário emitido pela CONTRATADA.



Câmara Municipal de SACRAMENTO-MG

10.2.5 A nota fiscal ou documento equivalente será emitido pela CONTRATADA em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal, com destaque, quando exigíveis, das retenções tributárias e/ou previdenciárias.

10.2.6 A CONTRATANTE, identificando qualquer divergência na nota fiscal, mormente no que tange aos valores dos serviços, deverá devolvê-la à CONTRATADA para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado para pagamento será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

10.2.7. Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da CONTRATADA, sem que isto gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação do fornecimento do objeto deste CONTRATO.

10.2.8. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal, a CONTRATADA dará a CONTRATANTE plena, geral e irrestrita quitação da remuneração referente aos serviços nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

10.2.9 A CONTRATANTE poderá deduzir das importâncias a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA nos termos deste CONTRATO.

10.2.10 O prazo de pagamento não será superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento da parcela.

10.2.11 O cronograma de desembolso máximo por período deve estar em conformidade com o valor global estimado do empenho a ser emitido.

10.2.12 O pagamento referente ao fornecimento do objeto deste CONTRATO será efetuado nas seguintes condições: após a execução do serviço, com pagamento em até 05 (cinco) dias úteis a partir da liquidação, mediante apresentação da competente nota fiscal, em consonância com o que foi efetivamente requisitado e entregue.

10.2.13 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida no recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento.

10.2.14. Quando houver glosa parcial do objeto, o CONTRATANTE deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

10.2.15 O setor contábil e administrativo para proceder ao pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do CONTRATO e do órgão CONTRATANTE;
- d) o período/mês de referência respectivo de execução do CONTRATO;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.2.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE;

10.2.17 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

10.2.18. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.2.19. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. Constatando-se a situação de irregularidade do CONTRATADO, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

10.2.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do CONTRATADO, bem como quanto à existência de pagamento a



Câmara Municipal de SACRAMENTO-MG

ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.2.21. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao CONTRATADO a ampla defesa.

10.2.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do CONTRATO, caso o CONTRATADO não regularize sua situação.

10.2.23 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.2.24 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.2.25 O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, é obrigação do CONTRATADO a apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, caso mude regime tributário de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.2.26 A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do CONTRATO, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

I) Prova de regularidade com débitos relativos aos Tributos Federais e à dívida ativa da União;

II) Prova de regularidade para com o FGTS – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei nº 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor;

III) Prova de regularidade Trabalhista, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;

IV). As provas de regularidades poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

Câmara Municipal de Sacramento/MG, aos 21 de agosto de 2025.

Patrícia Célia Fróis e Silva

Auxiliar de Serviços Gerais/Demandante